

INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

## RESOLUÇÃO Nº 13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

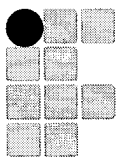
O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a decisão unânime do Conselho Superior, em reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2011, e ainda, com base na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e no Estatuto do Instituto Federal de Goiás, publicado no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar o regulamento para o cadastro de projetos de pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, nos termos do documento em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



PAULO CÉSAR PEREIRA  
Presidente do Conselho Superior



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

## REGULAMENTO PARA O CADASTRO DE PROJETOS DE PESQUISA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Art. 1º. Este Regulamento estabelece critérios, padrões e procedimentos para a apresentação, seleção, acompanhamento e aprovação dos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. A realização de pesquisa constitui-se em uma das atividades básicas do exercício profissional dos servidores ativos do Instituto Federal de Goiás, de modo a promover o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas para os problemas e questões apontadas pela sociedade.

Parágrafo único. Compete ao Instituto Federal de Goiás: estimular, fomentar, acompanhar e avaliar as atividades de pesquisa realizadas por servidores docentes e técnico-administrativos da Instituição e por seus discentes.

Art. 3º. As atividades de pesquisa compreendem as ações que visem o desenvolvimento cultural, social, científico e tecnológico e a inovação, a partir da produção de conhecimentos científicos básicos, aplicados e tecnológicos.

§1º. A pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, que busca estender seus benefícios à comunidade.

§2º. A pesquisa não deve ter somente como foco as atividades voltadas para a produção do saber, mas também a gestão pedagógica, envolvendo estudantes dos cursos técnicos, superiores e de pós-graduação nas práticas das atividades de produção científica.

§3º. As atividades de pesquisa devem ser planejadas de forma a proporcionar, ao longo de sua execução, experiências didático-pedagógicas que privilegiem o ensino por meio do fazer.

### DOS OBJETIVOS

Art. 4º. As atividades de pesquisa realizadas no Instituto Federal de Goiás têm por objetivo:

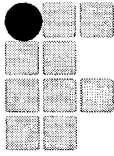
I. contribuir para a transformação e consolidação do Instituto Federal de Goiás como centro de referência na busca de respostas e soluções às questões e problemas da sociedade;

II. possibilitar a geração e a transformação do conhecimento, de forma a atender às necessidades e interesses da sociedade;

III. estimular iniciativas inovadoras e a formação e consolidação de Núcleos de Estudos e Pesquisa no IFG;

IV. estimular o desenvolvimento da iniciação científica/tecnológica, envolvendo pesquisadores docentes, técnico-administrativos e discentes;

V. integrar estudantes dos cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação na busca de soluções para as questões da sociedade;



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

- VI. promover a capacitação e a qualificação de servidores do IFG, contribuindo para a melhoria da formação profissional;
- VII. subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- VIII. promover a geração de produtos e/ou processos inovadores que resultem em propriedade intelectual.

## DOS REQUISITOS

Art. 5°. Para que o projeto de pesquisa possa ser cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFG é necessário que se satisfaça as seguintes condições:

- I. estar preferencialmente articulado com uma ou mais linhas de pesquisa do Núcleo de Pesquisa ao qual o Coordenador do Projeto está vinculado;
- II. ser de interesse da Instituição e/ou da região na qual o campus esteja inserido;
- III. contar preferencialmente com a participação de estudantes de Iniciação Científica/tecnológica e/ou de pós-graduação no desenvolvimento da pesquisa;
- IV. prever as atividades destinadas a cada um dos membros da equipe do Projeto;
- V. contar com o aval do Departamento de Áreas Acadêmicas ou do setor de lotação do servidor;

Art. 6°. São requisitos para o Coordenador do Projeto de Pesquisa:

- I. ser servidor docente ou técnico-administrativo do Quadro Permanente de Pessoal do Instituto Federal de Goiás;
- II. não se encontrar afastado ou de licença, remunerada ou para interesse particular, do Instituto Federal de Goiás;
- III. ser, preferencialmente, orientador, ou ter submetido proposta de orientação, nos programas de Iniciação Científica do IFG;
- IV. participar, preferencialmente, de um Núcleo de Pesquisa ativo no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e certificado pelo Instituto Federal de Goiás;
- V. não se encontrar inadimplente e/ou com pendências com os programas institucionais geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ou por outras instâncias do IFG.

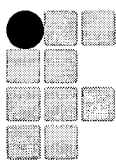
Art. 7°. Poderão participar das atividades de pesquisa e inovação no Instituto Federal de Goiás, na condição de membro da equipe do Projeto:

- I. servidores docentes e técnico-administrativos integrantes do Quadro Permanente de Pessoal do Instituto Federal de Goiás, e que, preferencialmente, participem de um Núcleo de Pesquisa cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e certificado pela Instituição;
- II. alunos regularmente matriculados em cursos técnico, superior e de pós-graduação;
- III. pesquisadores colaboradores convidados de outras instituições, desde que apresentem termo de ciência de sua Instituição.

Parágrafo único. Nenhum dos membros da equipe do Projeto poderá estar inadimplente e/ou com pendências com os programas institucionais geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ou por outras instâncias do IFG.

Art. 8°. A participação de servidor técnico-administrativo em atividades de pesquisa, coordenando projetos ou integrando suas equipes, deverá ser compatível com as atribuições inerentes ao seu cargo e com a sua formação acadêmica.

Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Rua 75, nº. 46, Centro – CEP: 74.055-110 – Goiânia – GO  
Fone: (62) 3227-2700 FAX: (62) 3227-2836



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

## DOS PROJETOS DE PESQUISA

Art. 9º. As atividades de pesquisa serão desenvolvidas na forma de projetos e devem estar em consonância com as Diretrizes da Política de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Goiás, observado o disposto neste Regulamento.

Parágrafo único. A Política de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Goiás, citada no caput, será objeto de construção coletiva, a partir do amplo debate com a comunidade acadêmica de cada campus, coordenada pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 10. O Projeto de Pesquisa deverá possuir um Coordenador, que será responsável pela solicitação de cadastro, pelo envio dos relatórios e pela prestação de informações solicitadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Parágrafo único. O Projeto de Pesquisa deverá ser elaborado segundo modelo próprio, disponibilizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, contendo as seguintes informações:

- a) identificação do Projeto (título, palavras-chave, coordenador e equipe);
- b) resumo do Projeto;
- c) introdução (apresentação, justificativa, revisão bibliográfica e exposição do problema a ser investigado);
- d) objetivos geral e específicos;
- e) metodologia de coleta e análise de dados;
- f) recursos materiais e humanos, com as atribuições para cada membro da equipe;
- g) resultados esperados;
- h) cronograma de execução e orçamento, com detalhamento da fonte de recursos;
- i) referências bibliográficas;
- j) plano de atividades para cada membro da equipe.

Art. 11. O período de duração do Projeto de Pesquisa poderá ser de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo único. A solicitação de prorrogação deve ser encaminhada pelo Coordenador do Projeto ao Departamento de Pesquisa e Inovação, acompanhada de relatório final de atividades, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término previsto.

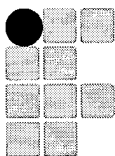
Art. 12. As Pesquisas que envolvam experimentação com seres humanos ou animais ou utilize técnicas de engenharia genética ou organismos geneticamente modificados, devem ser devidamente respaldadas pelo Comitê de Ética na Pesquisa, conforme legislação vigente.

## DO FINANCIAMENTO E APOIO À PESQUISA

Art. 13. As atividades de pesquisa desenvolvidas no Instituto Federal de Goiás poderão ser custeadas com recursos materiais e financeiros do próprio campus ou de outros órgãos ou agências de fomento.

§1º. O pesquisador que captar recursos financeiros junto a órgãos ou agências de fomento para o desenvolvimento de sua pesquisa deverá comunicar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação o recebimento do financiamento.

§2º. Todo material permanente adquirido com recursos financeiros captados por meio de atividades de pesquisa será registrado no Patrimônio do Instituto Federal de Goiás, imediatamente após o seu recebimento, como bem próprio ou de terceiros recebidos em



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

comodato, cessão ou depósito, observados os procedimentos previstos na norma interna que disciplina a matéria patrimonial.

Art. 14. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Goiás promoverá a pesquisa notadamente através de:

- I. captação de recursos para aplicação nas atividades de pesquisa;
- II. desenvolvimento de políticas de inclusão voluntária de discentes, técnicos administrativos e docentes visando a efetiva participação nas atividades de pesquisa;
- III. concessão de bolsas de iniciação científica e de iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, dos programas geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- IV. concessão de bolsas de pesquisa, do Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (ProAPP/IFG);
- V. intercâmbio com instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores;
- VI. promoção de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais para estimular debates de temas científicos e divulgação dos resultados das pesquisas;
- VII. concessão de auxílios financeiros para os servidores e estudantes divulgarem os resultados das pesquisas em eventos científicos e tecnológicos nacionais e internacionais;
- VIII. incentivo à formação de pessoal em Cursos de Pós-Graduação no próprio Instituto Federal de Goiás ou em outras instituições de ensino superior.

Parágrafo único. A divulgação dos programas de concessão de bolsas dar-se-á na forma de editais, previamente divulgados pela Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação.

## DA SUBMISSÃO DO PROJETO

Art. 15. A solicitação de cadastro do Projeto de Pesquisa deverá ser encaminhada pelo Coordenador da equipe, por meio do Setor de Protocolo do campus, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, rigorosamente dentro dos prazos e demais exigências previstas em Edital, contendo os seguintes documentos:

- a) formulário próprio para cadastro de Projeto de Pesquisa;
- b) Projeto de Pesquisa, preenchido de acordo com modelo próprio;
- c) parecer da Chefia do Departamento de Área Acadêmica ou do setor de lotação do servidor, informando a importância da pesquisa para a Instituição, a compatibilidade com a área de atuação do servidor, a viabilidade da atribuição de carga horária para os servidores envolvidos e a disponibilidade de recursos físicos, materiais e humanos;
- d) Termo de Compromisso e Responsabilidade, conforme modelo próprio;
- e) comprovação de atualização do currículo, na plataforma Lattes/CNPq, de todos os membros da equipe.

Parágrafo único. Submissões com documentação incompleta ou protocolada fora do prazo serão desconsideradas.

Art. 16. Cada servidor poderá submeter um único projeto como Coordenador de equipe, em cada chamada.

## DA SELEÇÃO DOS PROJETOS

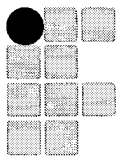
Art. 17. Os projetos de pesquisa serão avaliados por um Comitê Institucional, segundo os seguintes aspectos:

- I. mérito técnico-científico, cultural e social do projeto;

Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Rua 75, nº. 46, Centro – CEP: 74.055-110 – Goiânia – GO

Fone: (62) 3227-2700 FAX: (62) 3227-2836



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

II. produção intelectual do Coordenador do Projeto nos últimos 5 (cinco) anos, com base no Currículo Lattes;

III. produção intelectual dos membros da equipe, previsto no inciso I do artigo 7º, nos últimos 5 (cinco) anos, com base no Currículo Lattes.

Parágrafo único. O comitê institucional será constituído por servidores efetivos do IFG, com titulação mínima de Doutor.

Art. 18. Os projetos de pesquisa serão avaliados, quanto ao mérito técnico-científico, cultural e social, por consultores *ad hoc*, identificados segundo a classificação da área de conhecimento indicada no Projeto.

§1º. Caso o Projeto de Pesquisa tenha sido analisado e aprovado por alguma agência financiadora, este será dispensado da avaliação dos consultores *ad hoc*.

§2º. Os consultores *ad hoc* emitirão pareceres conclusivos, com base no mérito técnico-científico, cultural e social do Projeto, de *Recomendado*, *Recomendado com Modificações* ou *Não-Recomendado*.

§3º. O Projeto *Recomendado com Modificações* será enviado ao Coordenador da equipe, acompanhado do parecer, para que proceda às reformulações e/ou complementações necessárias, devolvendo-o ao Departamento de Pesquisa e Inovação.

Art. 19. Caberá ao Coordenador do Projeto encaminhar previamente à Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Goiás os projetos de pesquisa que exigirem a celebração de convênios ou contratos.

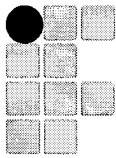
## DAS OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Art. 20. O Coordenador do Projeto deverá apresentar à Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Campus, relatórios semestrais, contendo resultados parciais da pesquisa desenvolvida, sob pena de suspensão do cadastro do Projeto.

Art. 21. O Coordenador do Projeto deverá apresentar à Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Campus, relatório final, contendo os resultados alcançados na pesquisa realizada e a produtividade acadêmico-científica do mesmo, sob pena de ficar inadimplente com a Instituição, e impedido de participar de novos editais.

Art. 22. São ainda obrigações do Coordenador e demais membros da equipe do Projeto:

- I. dedicar-se, durante toda a vigência do Projeto, às atividades previstas;
- II. orientar alunos de iniciação científica e/ou tecnológica e/ou de pós-graduação;
- III. emitir pareceres em projetos e relatórios de pesquisa, relacionados à sua área de atuação e linhas de pesquisa, quando solicitado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- IV. apresentar os resultados da pesquisa em jornadas acadêmicas e/ou congressos organizados pelo IFG;
- V. apresentar os resultados da pesquisa em congressos científicos e/ou tecnológicos nacionais e internacionais;
- VI. submeter artigo científico, com os resultados obtidos na pesquisa, em periódicos científicos Qualis A ou B;
- VII. submeter projetos de pesquisa a editais de fomento a pesquisa, indicados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Parágrafo único. Em toda divulgação dos resultados da pesquisa, o servidor deverá, obrigatoriamente, indicar o IFG como sua Instituição de vínculo profissional.

Art. 23. O Coordenador do Projeto deverá comunicar, imediatamente, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, quaisquer alterações relativas à descontinuidade do Projeto de Pesquisa, do plano de trabalho ou da composição da equipe.

## DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

Art. 24. Considera-se produção intelectual o resultado das atividades de pesquisa abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos.

Art. 25. A Pesquisa que envolve desenvolvimento tecnológico com características inovadoras deve resguardar, de acordo com as normas internas e legislação vigente, os direitos da propriedade intelectual na forma de direitos de patente de invenção, modelo de utilidade, registros de desenho industrial, registro de programas de computador, de marcas, direitos autorais e de imagem para o IFG.

Art. 26. Caso os resultados da pesquisa, ou o relatório em si, venham a ter valor comercial ou possam representar tecnologia passível de proteção industrial através de patentes ou modelos de utilidade, o sigilo na troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, serão regulados de acordo com o estabelecido em regimento próprio do Centro de Inovação Tecnológica do IFG (CITe/IFG).

Parágrafo único. No caso de tecnologia passível de proteção industrial, citada no caput, fica o pesquisador principal, antes da divulgação do conteúdo da pesquisa realizada, responsável por comunicar o conteúdo da mesma ao Centro de Inovação Tecnológica do IFG.

## DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

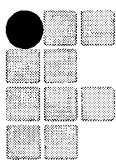
Art. 27. O acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados dos projetos de pesquisa, inclusive da produção científica, são da competência e responsabilidade das Gerências de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão dos *campi*.

§1º. O acompanhamento a que se refere o caput deverá ser efetuado semestralmente e informado ao Departamento de Pesquisa e Inovação/PROPPG, mediante apresentação dos relatórios parciais e final, segundo calendário divulgado anualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

§2º. O Coordenador do Projeto tem até 30 (trinta) dias após o prazo de vigência do Projeto para enviar o relatório final à Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do campus e este, por sua vez, encaminhá-lo ao Departamento de Pesquisa e Inovação/PROPPG.

§3º. O Coordenador do Projeto de Pesquisa que não entregar ou tiver o relatório final reprovado, torna-se, juntamente com os demais membros da equipe, inadimplente e impedido de desenvolver atividades de pesquisa até regularizar sua situação junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 28. A Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do campus de lotação do Coordenador do Projeto deverá manter arquivo atualizado dos projetos desenvolvidos em seu campus.



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Art. 29. O projeto de pesquisa será considerado concluído quando o relatório final receber parecer favorável do Comitê Institucional.

Art. 30. No caso de necessidade de interrupção ou cancelamento do Projeto de Pesquisa, o Coordenador do Projeto deverá apresentar, imediatamente, justificativa fundamentada junto ao Departamento de Pesquisa e Inovação para análise e parecer.

§1º. O Departamento de Pesquisa e Inovação encaminhará a justificativa e parecer à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, para avaliação e decisão final.

§2º. Caso a justificativa seja aceita, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação comunicará o fato ao Departamento de Áreas Acadêmicas, ou setor de lotação do servidor, bem como às demais instâncias relacionadas.

### DAS DISPOSIÇÕES E FINAIS

Art. 31. A não conclusão de uma das etapas do projeto de pesquisa, sem que as justificativas sejam aceitas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, acarretará ao(s) docente(s) participante(s) a perda da carga-horária destinada ao projeto e o impedimento em submeter novo projeto de pesquisa por dois anos.

Art. 32. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação disponibilizará um sistema de registro, informação e divulgação dos Projetos de Pesquisa na página eletrônica do IFG e criará os princípios reguladores do Comitê de Ética em Pesquisa, visando promover a adequação das investigações propostas nas diferentes áreas de conhecimento, sobre pesquisas envolvendo seres humanos e procedimentos experimentais envolvendo animais.

Art. 33. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação emitirá certificação de participação em atividades de pesquisa, quando solicitada pelo interessado, desde que tenham sido devidamente cadastradas no Departamento de Pesquisa e Inovação, com relatórios parciais e final aprovados.

Art. 34. A constatação, a qualquer tempo, da prática de plágio ou de fraude nos projetos submetidos ou nos relatórios apresentados serão motivos para a abertura de processo administrativo disciplinar, com perspectiva à aplicação das penalidades previstas em Lei.

Art. 35. O IFG resguarda o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais julgados necessários.

Art. 36. Os casos omissos, não previstos neste Regulamento, serão analisados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e submetidos ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para posterior decisão do Reitor do Instituto Federal de Goiás.

Art. 37. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação e assinatura.

  
PAULO CÉSAR PEREIRA  
Reitor

Goiânia, 19, de dezembro de 2011.